

## COMPROVADA A IMPORTÂNCIA DOS 500 ANOS DO PARÁ PÓS-TORDESILHAS

Mario BARATA

A cerimônia simbólica realizada no dia 26 de julho (de 1994) no mar, próximo à costa paraense, por corvetas e fragatas de Portugal, Espanha, Brasil, Argentina e Venezuela, sendo uma iniciativa oficial e conjunta do estado Maior da Armada portuguesa e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (Lisboa), definiu - com a presença de cientistas e historiadores<sup>1</sup> - que a significativa escolha da borda do litoral paraense (para o ato marítimo) era justificada, como cerimônia náutica.

Realmente o ponto inicial e fundamental da passagem, no Brasil, do meridiano fixado pelo Tratado de Tordesilhas era na proximidade da boca do rio Pará e portanto também do estuário amazônico, e naquele ponto deixaria o mar para ingressar em terra. Era uma dupla situação geográfica que viria a concretizar - ao menos desde 1500 - que existia uma terra firme destinada a Portugal. A concepção teórica inicialmente desse Pará virtual nasce aí em racionalidade humana. Ela viria a assegurar um notável ponto de partida para a entrada da linha em continente e facilitaria a posterior expansão pelos rios em nova conjuntura histórica, como local de povoamento de expressão portuguesa. Os espanhóis e portugueses cedo e durante todo o século XVI respeitaram a Linha de Tordesilhas ao máximo, a qual esteve presente em muitos mapas e certamente em cartas de marear da época, isto por determinações régias. Acentue-se que a união das duas coroas ibéricas de 1580 a 1640 asseguraria ainda mais a já referida situação lusa, no futuro Grão Pará. Tudo sabemos pelo texto do referido Tratado que este, em duas ocasiões-chave fazia referência à distinção entre linhas e terra firme, incluindo a última evidentemente nas regiões a serem ainda descobertas, e ambas as nações suspeitavam que isso seria proximamente feito e com esta

---

(1) Por convite especial, participei da cerimônia, embarcando na corveta "Infanta Cristina" (nave com porte de fragata), onde todos os convidados foram muito bem recebidos.

afirmação eu sigo e também generalizo a famosa interpretação de verso de Camões. Em documentos do final do século XV há referências comprovando que era sabido que as terras descobertas por Colombo em 1492 eram **ilhas**. Para chegar-se à “extrapolação” para a hipótese de haver Terra Firme, já bastava lógica e inicialmente o habitual manejo geográfico com os outros continentes em que geógrafos e cosmógrafos verificavam a presença de amplas terras firmes (na Europa, Ásia e África) ao lado de locais que existiam como ilhas.

O texto de Tordesilhas - importantíssimo documento diplomático foi, após o período de Alexandre de Gusmão, estudado no século XIX, historiograficamente, por Varnhagen e outros estudiosos. No século XX contribuiu para o seu conhecimento entre nós o livro **História da Colonização Portuguesa no Brasil**, obra coletiva dirigida por Carlos Malheiro Dias, a qual incluiu capítulo de Luciano Pereira da Silva, entre os de outros autores<sup>2</sup>. Em 1939, José Carlos de Macedo Soares inseriu o Tratado em tradução para o nosso idioma - feita pelo então consul Ilmar Penna Marinho - em seu livro **Fronteiras do Brasil no Regime Colonial**<sup>3</sup>.

Em 1994 a Embaixada da Espanha em Brasília publicou nessa capital pequeno volume com textos do Tratado, em português.

Segundo a já referida tradução de 1939 destaco aqui uma das passagens que cita a terra firme:

... “outorgaram e consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de polo a polo; convém a saber, do polo ártico ao polo antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direita, como dito é, trezentos e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira que melhor e mais rapidamente se possa efetuar contanto que não seja dado mais. E que tudo o que até aqui tenha achado ou descoberto, e daqui em diante se achar e descobrir pelo dito senhor rei de Portugal e por seus navios, tanto ilhas como terra firme desde a dita raia e linha dada na forma supracitada indo pela dita parte do levante dentro da dita raia”... “fique e pertença ao dito senhor rei de Portugal e aos seus sucessores, para sempre”. (op. cit. p. 71)

(2) Porto, 1921. 3 vs, Promovida pela Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria no Rio de Janeiro, por sugestão da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará, segundo confirma Albino de Souza Cruz na Advertência ao livro.

(3) Rio de Janeiro, José Olympio, 1939. Col. "Documentos Brasileiros", v. 19.

Na mesma obra, Macedo Soares cita passagem de Varnhagen, escrita no **Bulletin de la Société de Géographie**, da França, indicando ter consultado dois geógrafos da época, Enciso e Falleiro, um castelhano de 1519 e outro português de 1535, ambos atribuindo a cada grau 16 e dois terços de léguas. E Macedo Soares observa que na **História Geral do Brasil**, Varnhagem afirmou:

“Nesta conformidade a linha imaginária deveria passar 370 léguas para o poente da ponta mais ocidental da ilha de Santo Antão, que é também a mais ocidental do Arquipélago, vindo assim o meridiano da demarcação a cair um pouco a oeste do Pará e de Laguna, na hipótese, pouco provável para o Brasil de serem essas léguas das dezesseis e dois terços ao grau” (apud M. Soares, *op. cit.* p. 90)

O mapa de Diogo Ribeiro, de 1529, bom cartógrafo luso que no final dos anos 20 passou a serviço da Espanha, propôs a linha de Tordesilhas como passando a 49° 45' a oeste de Greenwich. É o traçado mais a ocidente dos que foram recolhidos pelo historiador Henry Harisse, autor, no final do século passado da erudita **The diplomatic History of America**, publicada em Londres.

A esse meridiano proposto por Diogo Ribeiro aproximou-se no cálculo o que Varnhagen deu ênfase em sua **História Geral do Brasil**. O nosso historiador colocava a linha passando próximo de ou já em Belém do Pará e de Laguna (SC). Nos anos de 1534 a 1536 uma solução aproximada prevalecerá como fase para a definição das Capitânicas Hereditárias. E é ela que foi a escolhida para dois mapas didáticos de importância no ensino brasileiro do século XX: o do **Atlas Histórico Escolar** de Manuel Maurício de Albuquerque, e o de José Wash Rodrigues, publicado na já citada obra de J. C. Macedo Soares de 1939, que não é didática, mas o desenhista fez o mapa com esse caráter, talvez devido ao seu temperamento sempre explicador.

Um pesquisador paraense contemporâneo, o Prof. Moura Filho, citado pelo agrimensor e professor da Unama, Paraguassu Éleres, em artigo publicado na **Província do Pará** em 12 de junho de 1994, calculara - ao que se informa ali - a longitude do meridiano do tratado de Tordesilhas em 48° 31'03, 6" referindo a légua ao arco de longitude equatorial. A “linha de demarcação” em mapa de meados do século XVI em foto no referido artigo tem o seu original na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, sendo uma das cartas que interpretaram intencionalmente o citado meridiano como indo da embocadura do Amazonas ou mesmo mais ligeiramente ao norte, até um pouco ao sul do Rio da Prata, de formação que parece resultar de intento expansionista luso, que não afetou o rigoroso traçado das Donatárias por

Dom João III, nem as atividades no extremo sul durante muito tempo. Só com o enfraquecimento da Espanha em 1648 veio a surgir, em 1680 a fundação da colônia do Sacramento, na margem esquerda do Prata.

Para a cerimônia náutica, foi decidido definir, por estudiosos lusos, a linha do Tratado como sendo meridiano com longitude de 48° 09' W, o que foi aceito pelos espanhóis. Como Belém esta a 48° 28' W, essa linha passaria a 19 milhas a Este do ponto ideal da cidade paraense, o que significa a uma distância de 35km 200m, o que não é nada se levarmos em conta a largueza real de Belém e sobretudo do Grande Belém. Era essa aproximação da linha relacionada à embocadura do rio Pará como localização básica da entrada da demarcação na "terra firme", que, já no século XVI, freitava hipotéticos (mas certamente raros) desejos de espanhóis se instalarem na região. E durante o conhecido período de **Domínio Espanhol** essa noção estava fortalecida, desde que se instalaram as capitanias reais do Maranhão e do Pará e em 1621 criou-se o Estado do Maranhão. Finalmente isso conduziu mesmo o rei Felipe IV (III de Portugal) a dar a um português, Bento Maciel Parente, em 1637, a última donatária importante constituir-se no Brasil: a do Cabo Norte, coincidindo aproximadamente com o atual Amapá.

Relembre-se que a cerimônia simbólica implicando em manóbras em alto mar foi efetuada já acima do Equador, em região próxima do Cabo Maguari que se acha no extremo ocidental da ilha de Marajó, desenrolando-se a 55 milhas desse cabo. A linha de Tordesilhas, ainda em pleno mar, não havia ainda penetrado no continente. Os séculos XVI e o XX se unificaram bastante desses cálculos que conduziam ao aparecimento da terra firme em local que era Pará para os índios (pelo rio) e continuou a ser Pará (e Grão-Pará) para portugueses e brasileiros na futura região de expressão lusa.

Embora não houvesse sido adotado um meridiano oficial, evidentemente unificado, para a demarcação regulada por Tordesilhas, o Tratado obrigava a cumprir-se a devolução de terras descobertas ou ocupadas em áreas destinadas ao domínio da coroa diversa da dos ocupantes e a idéia de uma linha divisória concretizou-se, como vimos, em muitos mapas. J. C. de Macedo Soares com acerto recorda que "a divisão do Brasil em Capitanias foi uma aplicação do estipulado no Tratado de Tordesilhas". E continuando, refere o pensamento de Clóvis Bevilaqua, que escreveu que as capitanias hereditárias dividiram o Brasil atendendo a raia de Tordesilhas; mas deixaram indeterminados os limites do norte e do oeste, em parte, porque o país não estava suficientemente explorado para o levantamento da linha geodésica norte-sul, e em parte porque essa indeterminação convinha à

política dos povos interessados”. (Macedo Soares, op. cit., p. 91). Clóvis em outro passo acentuou o valor diplomático, durante séculos, do grande tratado.

Relembre-se que o historiador português Luciano Pereira da Silva divulgou a íntegra de importante Carta Patente de maio de 1495, dos reis católicos, segundo documento registrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (gav. 10, março 5, Nº 4), no seu capítulo IV do primeiro volume da conhecida **História da Colonização Portuguesa no Brasil**, de 1921. Essa Carta Patente nos explica porque ficaram tão freqüentes os traçados do meridiano em causa, em mapas do século XVI.

A terceira determinação indicada nessa Carta que se unifica ao Tratado de Tordesilhas como um complemento, impõe “que em todas as cartas de marear, desenhadas nos reinos e senhorios dos Reis Católicos, se traçará, sob graves penas, o Meridiano da repartição do Mar Oceano a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, para que os súditos castelhanos e os portugueses saibam bem por onde poderão ir a navegar e descobrir”. Conforme aponta o Prof. Luciano, essa Carta Patente “modifica em parte e completa o Tratado de Tordesilhas e mostra quanto os Reis Católicos insistiam pela demarcação dos domínios das duas coroas. Quando Dom Manuel subiu ao trono estava por fazer o acordo entre os astrônomos e pilotos das duas nações” (op. cit.).

Em outro tema ligado ao Tratado, o atual estudioso português Cte. Antonio Estácio dos Reis, no seu artigo na recente revista *Oceanos*, nº 18, “Um erro que o Cosmógrafo Jaime Ferrer não cometeu”, aventa a hipótese bem lógica, no tocante a rapidez com que foi alcançado o ajuste para o Tratado de Tordesilhas, de que “estando Colombo a procurar o caminho do Oriente por Oeste, tornava-se conveniente para os soberanos Fernando e Isabel, que o início de sua área de influência se situasse o mais possível para Ocidente desde que, bem entendido, não pusesse em causa as terras descobertas pelo Almirante”... “Terá sido esta a razão de tão pronta concordância?” (p. 106). Essa idéia parece ter sido justa, pois a linha vai ao máximo ao Oeste sem alcançar a região das ilhas do Caribe, isto é as mais tarde chamadas de Índias Ocidentais, o que prova que o cálculo dos espanhóis para fazer o ajuste tinha chegado num limite adequado e que os portugueses, propensos a examinar o hemisfério sul, não deixaram de ser recompensados com o surgir da terra firme na ampla área de mar que o tratado abarcou na região ao poente da África. O nascer do Pará de expressão portuguesa trouxe embutidas as razões da futura expansão pelos rios que definiram a real grandeza geo-política para a formação territorial do Brasil e para as indicações das fronteiras naturais que se estabeleceriam na região norte, praticamente sem conflitos. Sem o Pará e sem Tordesilhas não haveria o Brasil, tal qual se consolidou.